

Trabalho apresentado no 26º CBCENF

Título: ÓBITOS FETAIS: INFORMAÇÕES EPIDEMIOLÓGICAS REGISTRADAS NO MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MA.

Relatoria: Ana Catarina da Silva Araujo

Aline Santana Figueredo

Maria Clara Queiroz Vaz

Autores: Francisca Luciana Silva da Silva

Mateus Filipe Guajajara Rocha

Damires Guajajara Silva Reis

Modalidade: Pôster

Área: Eixo 1: Assistência, gestão, ensino e pesquisa em Enfermagem

Tipo: Estudo de caso

Resumo:

O seguinte estudo discute e apresenta o significado de óbito fetal. Dessa forma, é explicado que o conceito é o falecimento de um feto antes do nascimento com peso ao nascer de 500 gramas ou mais, ou a partir da 22ª semana de gestação. Essa condição afeta indicadores de saúde perinatal e a qualidade de vida das mulheres, influenciando a morbimortalidade materna. Além disso, explica que a taxa de mortalidade fetal (TMF) é um importante indicador da qualidade da assistência durante a gestação e o parto, mas carece de metas específicas nos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. Demonstra também que outros estudos indicam que fatores como a qualidade da assistência pré-natal, idade materna, escolaridade e condições da gravidez influenciam a ocorrência de óbitos fetais. No Brasil, políticas públicas e programas voltados para a saúde materno-infantil têm contribuído para a redução da mortalidade infantil e fetal, embora desafios como subnotificação e preenchimento inadequado de declarações de óbito ainda existam. Portanto, este referido estudo, realizado em Santa Inês, MA, de 2020 a 2023, analisou 72 óbitos fetais. Verificou-se uma redução nos óbitos, especialmente de 2020 a 2023, com a faixa etária materna predominante entre 20 e 29 anos e a maioria das mães tendo 8 a 11 anos de escolaridade. Os óbitos fetais foram mais comuns em fetos masculinos e em gestações entre 32 e 36 semanas. Partos normais predominaram entre os óbitos, com a maioria das causas não especificadas. Diante dos fatos analisados, a redução de óbitos fetais exige melhorias contínuas na assistência pré-natal e intraparto, educação dos profissionais de saúde e investimentos em investigações de óbitos. Logo, o estudo destaca a necessidade de políticas eficazes para reduzir a mortalidade fetal e melhorar a saúde materno-infantil.